

EDITORIAL

Prezados leitores,

A edição de número 11 é, de fato, ímpar em todos os aspectos, como comprovam a revoada de ideias simbolizada pelo click perfeito de Tycho Brahe Fernandes (autorretrato-alheio.blogspot.com) e a miríade de assuntos tratados ao longo desta Revista, sob chancela do primeiro selo qualis, outorgado pela Capes.

A leitura começa com estudos sobre o Novo Código de Processo Civil, trazendo a abordagem de Rodrigo Mazzei para a questão dos honorários advocatícios e a necessidade de fundamentar as decisões que os fixam nos processos judiciais; na sequência tem-se a análise do conceito e dos limites objetivos da coisa julgada em artigo assinado por Luiz Delloro que manifesta preocupação com a possibilidade de insegurança jurídica daí decorrente. Todos juntos, alçamos voo para estabelecer correlação com o direito do trabalho, quando João Humberto Cesário diferencia o processo comum do especializado, separa didaticamente as expressões supletivas e subsidiárias, encerrando seu estudo com exemplos práticos do cotidiano trabalhista.

Viramos uma página, e estamos no mundo globalizado em que Milene Kinderman junto com Katerine Scussel descortinam a metódica trajetória do processo de tomada de decisão da ONU em suas assembleias gerais. Sem fronteiras, somos conduzidos pelo texto da lavra de Lígia Maura

Costa que coteja sustentabilidade e suas diversas formas de manifestar-se com a atuação da Organização Mundial do Comércio, para nos alertar, a todos, que emerge nova especialidade jurídica: a do direito internacional do desenvolvimento sustentável. Nesta seara da sustentabilidade, André Vasques aborda a imperatividade do planejamento urbano e Maria Claudia de Souza, em parceria com Luis Gustavo dos Santos, analisa a urgência de atentarmos para a responsabilidade civil das instituições financeiras em relação à degradação ambiental.

No ano em que os advogados pedem a valorização do direito previdenciário e o presidente da OAB Nacional defende a necessidade de fortalecimento deste setor desde os bancos escolares, André Bittencourt indica caminhos de ensino, pesquisa e extensão para promoção de justiça social nesta área e Bruno Martins, na mesma luta pelo direito, analisa as possibilidades de acúmulo de pensões em caso de morte de servidor, esclarecendo em detalhes este legado aos dependentes.

Em meio à revoada consumerista que a todos envolve nesta sociedade calcada na informação, Júlio Oliveira discorre sobre os limites a serem observados no que se refere à proteção de dados, analisa aspectos da Lei do Cadastro positivo e do Score de crédito, recentemente autorizado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Dentro da filosofia do direito, que ajuda a todos a ampliar horizontes e revoadas de pensamentos, dois nomes de espectro internacional nesta área dividem com os leitores suas ponderações sobre temas que, neste ano, tem estado em todas as manchetes. Para eles abrimos uma seção específica: Filosofia De Fato e De Direito.

Neste espaço, no qual cuidou-se especialmente de respeitar a formação textual de cada autor, José Calvo Gonzalez nos leva a pensar em coerência, analisando o discurso das narrativas judiciais e lidando com os diferentes papéis que o direito processual impõe. O autor nos mostra como identificar os atores sociais do processo a partir da estratégia de narrativa. O tema foi apresentado no V Congresso Internacional de Direito Processual, que teve lugar em abril deste ano, na cidade de Recife. João Ricardo Moderno reúne filósofos de diferentes vertentes e chama o leitor para decolar a bordo de conceitos, os mais diversos, para que se pense e repense na responsabilidade que é criar rótulos e materializá-los. Registre-se que ele faz este alerta quando se completam 70 anos do início da segunda gran-

de guerra, época em que conceitos carregados de intolerância proliferavam no cenário mundial em voos mal sucedidos e aterrissagens catastróficas similares aos que pululam em muitos países neste momento.

Na Seção De Fato, tem-se o registro do recebimento do selo Qualis, outorgado pela Capes, bem como nossa versão impressa sendo apresentada em diferentes lugares do mundo com expressiva repercussão nas redes sociais.

De Fato e de Direito: o que estamos pesquisando é onde se destacam as ementas, resultado dos primeiros voos dos futuros pesquisadores jurídicos que, na Universidade, são ensaiados sob condução do professor orientador, por eles supervisionados meticulosamente a cada etapa.

Que ao folhear as páginas desta edição os assuntos tratados sob a lupa sistemática dos autores, cujos estudos nos ajudam a conhecer e analisar peculiaridades dos pilares de sustentabilidade sócio-jurídica, inspirem revoadas de ideias plenas de justiça. Boa leitura.

Boa leitura.

Rosangela Tremel
Editora

